

**(RE)CRIAÇÃO DE ESPAÇOS DE REDE DE ATENÇÃO INTEGRAL ÀS MULHERES:
PRÁTICAS INTERVENTIVAS NA FORMAÇÃO EM PSICOLOGIA.**

Ana Cássia Hungaro Cogo¹

Milene Favero Dociati Maetiase¹

Rafaela Ana Zuntini¹

Bárbara Cossetin Costa Beber Brunini²

**(RE)CRIAÇÃO DE ESPAÇOS DE REDE DE ATENÇÃO INTEGRAL ÀS MULHERES:
PRÁTICAS INTERVENTIVAS NA FORMAÇÃO EM PSICOLOGIA.**

RESUMO: Os escritos a seguir foram construídos por meio de vivências experienciadas no estar em Estágio Supervisionado Curricular Obrigatório Específico I e a partir da obrigatoriedade da produção de um Trabalho de Conclusão de Curso para a graduação em Psicologia, oferecida pela Universidade Paranaense (UNIPAR). Tendo como objetivo (RE)pensar a rede de atenção integral voltada às mulheridades, busca refletir sobre práticas interventivas na formação em Psicologia neste âmbito, para tanto elencamos a Cartografia enquanto metodologia molecular, da ordem do acontecimento, dos devires, que está no entre e não define começo, meio e fim. Falamos de espaços em que aconteceram as intervenções das práticas de estágios, sendo que cada uma das estagiárias foi para um ponto diferenciado da rede de atenção integral à mulher, os quais sugeriam demandas como visitas domiciliares, busca ativa, estratificação em saúde mental, acolhimento psicossocial e promoção de direitos. Objetivando intervir com as demandas apresentadas nos estabelecimentos de estágio, foram elencados diferentes tópicos reflexivos que transitam entre as deficiências de espaço, financiamento e comprometimento do próprio poder público para o atendimento de forma integral a saúde da mulher, pontuando o compromisso ético, estético e político da Psicologia enquanto ciência e profissão junto a essas usuárias.

Palavras-chave: Gênero; Feminismos; Rede de Atenção Integral; Cartografia.

**(RE)CREATION OF NETWORK SPACES FOR COMPREHENSIVE CARE FOR
WOMEN: INTERVENTIVE PRACTICES IN PSYCHOLOGY TRAINING.**

ABSTRACT: The following writings were constructed through experiences gained during the Mandatory Specific I Curricular Supervised Internship and as a result of the requirement to produce a Final Course Work for the Psychology graduation program offered by the Universidade Paranaense (UNIPAR). With the aim of (RE)thinking the comprehensive care network focused on womanhood, it seeks to reflect on interventional practices in Psychology training in this context. To do so, we highlight Cartography as a molecular methodology, of the order of events, of becomings, which is in between and does not define a beginning, middle, and end. We speak of spaces where the interventions of internship practices took place, with each intern going to a different point in the

1 Acadêmicas de Psicologia UNIPAR – Campus Sede

2 Docente de Psicologia UNIPAR – Campus Sede

comprehensive care network for women, which suggested demands such as home visits, active search, mental health stratification, psychosocial support, and rights promotion. In order to intervene with the demands presented in the internship settings, different reflective topics were listed, which revolve around the deficiencies in space, funding, and commitment of the public authorities themselves to provide comprehensive women's health care. This underscores the ethical, aesthetic, and political commitment of Psychology as a science and profession to these users.

Keywords: Gender; Feminisms; Comprehensive Care Network; Cartography.

(RE)CREACIÓN DE ESPACIOS EN RED PARA LA ATENCIÓN INTEGRAL A LAS MUJERES: PRÁCTICAS INTERVENTIVAS EN LA FORMACIÓN EN PSICOLOGÍA.

RESUMEN: Los siguientes escritos fueron construidos a partir de experiencias vividas en la pasantía Curricular Específica Obligatoria Supervisada I y de la producción obligatoria de un Trabajo de Finalización de Curso para la graduación en Psicología, ofrecida por la Universidad Paranaense (UNIPAR). Con el objetivo de (RE)pensar la red de atención integral dirigida a las mujeres, busca reflexionar sobre las prácticas intervencionistas en la formación de la Psicología en este contexto, para lo cual enumeramos la Cartografía como una metodología molecular, del orden de los acontecimientos, de los devenires, que está en el medio y no define el principio, el medio y el final. Estamos hablando de espacios donde se desarrollaron las intervenciones de las prácticas de pasantía, acudiendo cada una de las internas a un punto diferente de la red de atención integral a la mujer, lo que sugirió demandas como visitas domiciliarias, búsqueda activa, estratificación en salud mental, atención psicosocial. y promoción de derechos. Con el objetivo de intervenir con las demandas presentadas en los establecimientos de pasantía, se enumeraron diferentes temas reflexivos que transitan entre las deficiencias de espacio, financiamiento y compromiso del propio poder público con el cuidado integral de la salud de las mujeres, puntuando el compromiso ético, estético y político de La psicología como ciencia y profesión con estos usuarios.

Palabras clave: Género; Feminismos; Red de Atención Integral; Cartografía.

1. INTRODUÇÃO

A presente produção é um Trabalho de Conclusão de Curso, construído por meio de experiências do Estágio Supervisionado Curricular Obrigatório Específico I, dada sua obrigatoriedade para a graduação em Psicologia, ofertada pela Universidade Paranaense - UNIPAR. Tendo como objetivo (RE) pensar a rede de atenção integral voltada às mulheres, refletimos as práticas interventivas na formação em psicologia nestes territórios. Optamos pelo método Cartográfico, uma vez que os fazeres da formação acadêmica acontecem nos encontros, nos quais nós estagiárias não fomos meras observadoras, mas corpos agentes de participação, corpos outros que adentraram territórios, atravessando-os e sendo atravessadas, porque a cartografia é móvel, sem fronteiras, transversal, da ordem do acontecimento, do devir, da experimentação, que está no entre e não define começo, meio e fim (BRUNINI, 2022).

Enquanto processo de seleção dentro da Ênfase Psicologia e Processos Psicossociais, o projeto denominado: “Corpo e território. Proposições interseccionais e saúde mental nos fazeres de estágio em Psicologia” foi escolhido por nós pelo desejo de trabalhar com mulheres, em suas interseccionalidades e formas de ser e estar em um mundo de devires. O desejo de conhecer outros planos e outras intervenções também foi levado em conta nesse processo, principalmente em ações no setor público, a fim de instigar a (re)invenção. O uso do prefixo (RE) se fez presente em alguns pontos do texto, com o sentido de fazer novamente, intencionando práticas diferentes das padronizadas, práticas flexíveis dentro de um território que vai além dos limites espaciais, pois como escreve Ana M. B. Bock (1999), a Psicologia deve promover transformações sociais.

Nesta revisão bibliográfica, separamos nossos escritos em três espaços. O primeiro para (re)criar a prática de estágio em uma abordagem psicossocial, os espaços em que a Psicologia se fez (e faz) presente, sob embasamento teórico da Psicologia Pós Estruturalista, Esquizoanálise e Psicologia da diferença, além de narrar nossas dificuldades em todo o processo e a ousadia de transformar o silêncio em linguagem e ação (LORDE, 2019) associada à ênfase dada à categoria analítica de gênero na escrita e nas nossas intervenções (SCOTT, 1995). No segundo espaço convidamos a leitora a (re)conhecer a rede de atenção integral às mulheres, com conceitos e ações basilares do Sistema Único de Saúde (SUS) e do Sistema Único de Assistência Social, de uma rede coletiva e dialógica, de políticas públicas que consideram a interseccionalidade de ser/estar mulher em um mundo de devires.

O terceiro espaço esboça a (re)apresentação da Cartografia como um método científico na Rede de Atenção voltada à mulheridade, por meio de intenções interventivas dentro dos espaços que adentramos, visando uma política de narrativa (PASSOS; KASTRUP; ESCÓSSIA, 2009) e utilizando a caixa de ferramentas (FOUCAULT, 2008) por nós (re)vivida. Finalizamos ressaltando

que o trabalho não apresenta um resultado do que vivemos de intervenções em estágio, nosso propósito é instigar um pensamento crítico em relação à necessidade de uma atenção psicossocial voltada às mulheres, bem como a importância dessas práticas interventivas para a formação em Psicologia.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 A (Re)criação da prática de estágio: uma abordagem psicossocial

Esta escrita possui a exposição de intervenções realizadas por três acadêmicas de Psicologia da UNIPAR que se encontram no quarto ano deste curso, participando do Estágio Supervisionado Curricular Obrigatório Específico I, tendo este como objetivo fomentar a formação teórico/prática da/o estagiária/o através da experimentação em vários estabelecimentos de políticas públicas que solicitam atenção à interseccionalidade e à saúde mental das mulheres. Sabendo que esta prática é obrigatória para a formação em Psicologia vale ressaltar que:

Os Estágios Supervisionados Específico I e II do Curso de Psicologia tem por objetivo introduzir a(o) acadêmica(o) em práticas profissionalizantes integrativas, desenvolvendo competências, habilidades e conhecimentos definidos pelas ênfases curriculares ofertadas pelo curso e assegurar o contato do acadêmico com situações, contextos e instituições, através de práticas de intervenção psicológica individuais e/ou coletivas (UNIPAR, 2023, p. 3).

A Lei n.º 11.788/2008 (BRASIL, 2008) define a existência de estágios obrigatórios determinadas pelas diretrizes curriculares e pelo projeto pedagógico do curso os quais estabelecem sua organização e seu funcionamento, carga horária e a necessária atenção às demandas dos contextos e cenários nos quais as atividades estão inseridas. O estágio específico obrigatório é a etapa inicial do exercício profissional com supervisão acadêmica, uma oportunidade do aprendizado na prática de situações reais do cotidiano social e comunitário e o principal elo da prática com a formação, sendo tanto a instituição formadora quanto o órgão regulador do exercício profissional devem ser responsáveis pela continuação entre a formação e o exercício profissional. Além de proporcionar esta interface entre as atividades acadêmicas e profissionais, o estágio favorece a problematização da realidade e o levantamento de novas demandas da sociedade.

A definição do local em que estaríamos estagiando foi uma escolha necessária em resposta ao projeto apresentado pela orientadora o qual propôs que, a partir de uma abordagem psicossocial, pudéssemos repensar nossa formação, condutas e intervenções psi convergindo para a afirmação de que devemos constantemente realizar uma “ontologia crítica de nós mesmos (...) uma atitude, um ethos, uma via filosófica (...) a crítica do que somos é simultaneamente análise histórica dos limites que nos são colocados e a prova de sua ultrapassagem possível” (FOUCAULT, 2005, p. 351).

Este mirador teórico, sugerido pela Psicologia Pós Estruturalista, Esquizoanálise e Psicologia da diferença, convocava nossos corpos acadêmicos à reflexões sobre processos inclusivos de profissionais psi nos territórios de políticas públicas de saúde e assistência social, bem como temas voltados aos direitos humanos e proteção destes. Assim, o projeto visou intervir com esta diversidade e interseccionalidades que atravessam o gênero feminino e refletem em sua saúde mental atuando, onde, enquanto cartógrafas que nos fazemos, fomos de encontro ao território de permanência, pertencimento e/ou atenção às usuárias destes serviços.

Os locais elencados nestas propostas e em seguida escolhidos por nós, foram o CREAS/CRAM (Centro de Referência Especializado de Assistência Social e Centro de Referência de Atendimento à Mulher), situado em uma cidade no noroeste do Paraná, sendo uma casa com serviços oferecidos pela política pública de assistência social, onde possui uma rede de profissionais capacitados para atender as demandas de mulheres em situação de violência, bem como de pessoas idosas e pessoas com deficiências em situações de vulnerabilidade e ameaça de direitos. Esse local oferece serviços como:

Acolhida; escuta; estudo social; diagnóstico socioeconômico; monitoramento e avaliação do serviço; orientação e encaminhamentos para a rede de serviços locais; construção de plano individual e/ou familiar de atendimento; orientação sociofamiliar; atendimento psicossocial; orientação jurídico-social; referência e contrarreferência; informação, comunicação e defesa de direitos (...) (MDS, 2014, p. 30).

Entre suas atividades, Souza (2009) especifica no documento de Tipificação de serviços e reordenamento institucional na Política de Assistência Social, que o local possui uma significativa participação em atividades vinculadas à Delegacia da Mulher de Umuarama e realiza a elaboração/participação de campanhas com intuito voltado a saúde da mulher em situação de violência e vulnerabilidade, também à idosos e pessoas com deficiências que encontram-se nesses estados, sofrendo algum tipo de negligência, assim sendo, promove às pessoas que ali são atendidas, promoção de direitos, preservação e fortalecimento de vínculos.

Como segundo local interventivo, apresentamos o NASF (Núcleo de Apoio à Saúde da Família) localizado também num dos municípios do noroeste do Paraná que realiza serviços como acolhimento, plantão psicológico, triagem, estratificação de risco em saúde mental, busca ativa e apoio matricial com o intuito de promover ações interventivas em saúde mental de mulheres no Sistema Único de Saúde (SUS), resgatando princípios do NASF e visando o respeito às interseccionalidades do ser mulher e do estar em território de modo cartográfico. Pretendendo intervir com e para elas através dos serviços apresentados, que levaram em conta atravessamentos e problematizações que perpassam o território de pertencimento, um território vivo, dinâmico, para

além de limites espaciais.

Por fim, não menos importante, o local do CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), também localizado na região noroeste do estado, é outro estabelecimento da política pública de assistência social, presente na Lei Orgânica da Assistência Social, Lei n.º 8.742/1993, é definido no primeiro parágrafo do sexto artigo desta “O Cras é a unidade pública municipal, de base territorial, localizada em áreas com maiores índices de vulnerabilidade e risco social (...)” (BRASIL, 1993, p. 04).

O CRAS possui seus serviços voltados às “finalidades de garantia de direitos sociais e de trabalho e renda, compatíveis com os objetivos da proteção social básica do SUAS, e que têm resultado na melhoria das condições de vida da população atendida” (OLIVEIRA *et al.* 2014, p. 109).

Ademais, ao apresentar os espaços de nossas intervenções, é de suma importância falarmos das dificuldades enfrentadas para a realização dessa prática de estágio, reconhecendo que, inicialmente, enquanto acadêmicas, os espaços poderiam nos gerar inseguranças. Ao adentrar nesses a primeira vez, nem todas se sentiram totalmente acolhidas, de antemão, houve um certo receio aparentemente de ambas as partes, que logo foi repensado levando em conta que, ao passar dos dias, fomos apresentando os objetivos alinhados às demandas dos espaços interventivos, já que possuíamos como interesse em comum promover saúde e proporcionar maior autonomia de sujeitos mulheres.

O fato de possuímos nossas próprias dificuldades de corpos enquanto mulheres nesses locais, concordando com o que, poeticamente, escreve Audre Lorde: “Na transformação do silêncio em linguagem e em ação, é essencial que cada uma de nós estabeleça ou analise seu papel nessa transformação e reconheça que seu papel é vital nesse processo” (2019, p. 42). Corpos mulheres que estamos, optamos por intervir/vivenciar em estabelecimentos de atenção e cuidado a outras mulheres em situações de vulnerabilidade, foi precisa coragem (ou ousadia) e empoderamento teórico para a transformação do silêncio em linguagem e em ação, diante o desejo da manutenção dos direitos e denúncia de violação dos mesmos pelas usuárias dos estabelecimentos públicos.

Para a prática nesses locais, elencamos como público alvo de nossa atenção às mulheridades pertencentes a diferentes territórios onde recebem a atenção dos serviços públicos que adentramos durante a prática de estágio, percebidas além do binarismo que as diferencia apenas biologicamente, descaracterizando a importância de analisar o gênero enquanto categoria constituída sócio historicamente. Escrevemos no sentido de não descrever necessariamente o sexo feminino e sim o gênero feminino, o que de acordo com Colling e Tedeschi (2019), em sua obra “Dicionário Crítico de Gênero”, definem sexo como:

Categoria biológica utilizada para diferenciar homens e mulheres, baseada na ordem compulsória do binarismo macho/fêmea advinda do reino animal e da natureza. É determinado exclusivamente pela anatomia e fisiologia do corpo humano – pelos

caracteres sexuais primários e secundários. (...) considerando o sexo masculino e o sexo feminino como as duas únicas possibilidades de ser, existir e se enquadrar que são aceitas socialmente, sendo antagônicos e excludentes, um em relação ao outro (COLLING e TEDESCHI, 2019, p. 666).

Então, “sexo” compreende a condição orgânica, de ordem biológica que diferencia os sujeitos por sua anatomia, distante do termo “gênero”, entendido enquanto categoria analítica (SCOTT, 1995) útil e necessária para a análise dos atravessamentos resultantes das intersecções de gênero, raça e classe interessados por questões sócio, culturais, históricas e da ordem do discurso imposto ao gênero os quais fundamentam teoricamente nossas práticas interventivas no estar entre esta mulheridade, descrevendo gênero como termo que:

(...) buscaria então dar conta de relações socialmente constituídas, que partem da contraposição e do questionamento dos convencionados gêneros feminino e masculino, suas variações e hierarquização social (...) como um conceito que, mais do que qualquer fixidez, nos oferece instabilidade e fluidez, que melhor representam as relações sociais que atravessam o tempo e chegam à atualidade (COLLING e TEDESCHI, 2019, p. 330).

Ainda citando Scott (1995, p. 86): "(...) gênero é um elemento constitutivo das relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos (...) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder", justificando o entendimento que um corpo em sua integralidade, se trata de todas as formas de ser/estar mulher, sendo esta a desejada prática do estágio, não ignorar a interseccionalidade existente nesse contexto e sim preocupar-se com a intenção de promover saúde mental e ressaltar o acesso aos direitos, a fim de destacar a importância de se pensar na terminologia de cada termo para compreender os nossos fazeres interventivos em espaços de atenção à mulher.

Sabemos que a categoria analítica de gênero (SCOTT, 1995) é descrita pela posição social atribuída ao “ser mulher” na contemporaneidade e ao longo da história, resultado dos regimes de verdade que atravessam e produzem o corpo feminino, os quais são de longa data e ainda permanecem extremamente atuantes. Podemos evidenciar as características de tal fato, através dos estudos, movimentos e lutas feministas, suas conquistas, sobretudo para as políticas públicas e, principalmente, nos efeitos dos posicionamentos contrários aos regimes heteronormativos e patriarcais.

É desse modo que Joan Scott descreve que “(...) o gênero deve ser redefinido e reestruturado em conjunção com uma visão de igualdade política e social que inclua não somente o sexo, mas também a classe e a raça” (SCOTT, 1995, p. 93), em uma perspectiva interseccional, a construção histórica do gênero feminino, das possibilidades de fazer-se em sociedade, reivindica acessos de prevenção, proteção e promoção de saúde a esses corpos, que foram, e ainda são, subalternizados, padronizados e colocados à margem por discursos misóginos.

2.2 (Re)conhecendo a rede de atenção integral às mulheres

A rede de atenção é um parâmetro de intervenção das políticas públicas voltadas à saúde mental que propõe atividades descentralizadas e coletivas, de profissionais de diferentes áreas engajados para um único fim, a atenção às usuárias. Atenção que preconiza a autonomia e coparticipação, entendendo que: “os usuários não são só pacientes, os trabalhadores não só cumprem ordens: as mudanças acontecem com o reconhecimento do papel de cada um” (BRASIL, 2013, p. 6), como também no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) quando definida no Art. 4º da Norma Operacional Básica (NOB - SUAS), como uma das seguranças afiançadas: “IV - desenvolvimento de autonomia” (BRASIL, 2012, p. 17).

Com a intenção de desenvolvimento de autonomia e protagonismo das famílias atendidas nos pontos da rede, a territorialização e a matricialidade são encontradas no arcabouço teórico das políticas públicas como ações basilares. Ao (re)pensar sobre território, convidamos à reflexão de que não se refere apenas à localização, ao espaço físico, e sim, também, à força viva, à interação social, sua dinamicidade e o que se faz em rede, como disserta Milton Santos em sua obra, “O território deve ser considerado em suas divisões jurídico-políticas, suas heranças históricas e seu atual conteúdo econômico, financeiro, fiscal e normativo (SANTOS, 2002, p. 84).

Na consolidação do SUAS, o território é destacado como primordial ao delimitar espaços, mas para além disso, assim o é pois se refere à “(...) presença do Estado nos diversos territórios, os de maior vulnerabilidade, não como uma ideia, mas como um espaço de (re) fazer as tantas histórias de vida de cada usuário da Assistência Social” (MDS, 2009, p. 10). Nesse sentido, o território é base para as outras decisões e execuções, sendo que é nele e a partir dele que são construídos mecanismos de atenção não à população, mas sim com a população.

O território no SUS volta-se, também, ao espaço delimitado, distribuindo os limites a cada ponto da Atenção Básica, “(...) os territórios estruturam-se por meio de horizontalidades que se constituem em uma rede de serviços que deve ser ofertada pelo Estado a todo e qualquer cidadão como direito de cidadania” (GODIM e MONKEN, 2009, [n.p.]), reconhecemos que é dentro desta rede que as trocas são construídas, nos encontros, promovendo articulações outras além do instituído, de maneira humanizada.

Não obstante, retomamos o “(...) território como espaço no qual se produzem modos de ser, de se relacionar, de amar, de consumir, alguns engajados na grande máquina capitalista, outros que resistem a sua captura” (LIMA e YASUI, 2014, p. 181), para reconhecer o nosso pertencimento a eles como mulheres que estamos, usuárias destes serviços defendendo-os como territórios construtores de subjetividades, de vida através da práxis da Psicologia, do estar em espaços outros e (re)conhecer formas múltiplas de existência.

A fim de repensar a matricialidade, voltemo-nos à ela nos dispositivos do SUS em que a encontramos na configuração de Apoio Matricial, um direcionamento técnico entre os equipamentos da rede de atenção para promover a resolubilidade de casos, com ele há corresponsabilização, articulação, manejos outros, diferenciação de encaminhamentos e redução de barreiras, “(...) amplia a rede de serviços substitutivos, melhora o funcionamento destes e capacita os profissionais destes níveis de atenção, objetivando a ampliação do acesso e os cuidados em saúde mental” (CFP, 2022, p. 85).

Não remoto, nos equipamentos do SUAS nos deparamos com a Matricialidade Sociofamiliar, um processo narrativo em que se compreende que as usuárias sabem mais sobre sua realidade do que a equipe que as atendem. Segundo a Política Nacional de Assistência Social, a matricialidade refere-se à família enquanto “(...) mediadora das relações entre os sujeitos e a coletividade, delimitando, continuamente os deslocamentos entre o público e o privado, bem como geradora de modalidades comunitárias de vida (PNAS, 2004, p. 41).

Tal processo de atenção/intervenção vai de encontro com a proposta de uma política da narratividade “(...) que permita a dissolvência das posições estanques geralmente associadas ao trabalho da pesquisa: aquele que conhece e aquilo que é conhecido” (PASSOS, KASTRUP e ESCÓSSIA, 2009, p. 132), assim as ações em rede requerem dos profissionais o conhecimento de que são um corpo outro, um corpo de fora que adentra no território das usuárias, ações transversais, uma vez que busca a fuga de estruturas e padrões clínicos.

O ato de falar (ou escrever), reafirma o protagonismo e a performance da palavra enquanto meio de produção de sentidos outros, dentro de processos narrativos, porque cada usuária narra sua história, as trocas de experiências em contextos, espaços, tempos, períodos históricos, dentro das relações, são marcadores na construção de nós, mulheres (PASSOS, KASTRUP e ESCÓSSIA, 2009). Nossa criticidade “(...) com nosso próprio pensamento, que, afinal, é um pensamento formado dentro da tradição patriarcal. (...) significa buscar a coragem intelectual, a coragem de ficar sozinho, a coragem de ir além de nossa compreensão; a coragem de arriscar o fracasso” (LERNER, 1990, p. 65).¹

Dentro das possibilidades de equipamentos de rede que tivemos a chance de adentrar, estão o SUS e o SUAS, sistemas com políticas abrangentes de saúde integral da mulher, abordando direitos, denúncias de violência e garantias para corpos marginalizados, subalternizados e silenciados. Nesses fazeres psi, relembremos Audre Lorde “(...) dentro da guerra, todas lutamos com as forças da morte, de maneira sutil ou não, conscientemente ou não – de que não sou apenas uma baixa, sou também uma guerreira” (2019, p. 52).

¹Tradução feita por nós.

Caminhando por linhas de fuga, o protagonismo das mulheres, usuárias e profissionais, procuram a transformação do corpo, do gesto, do seu lugar ao estarem em assembleia (BUTLER, 2018), persistindo juntas porque são corpos políticos. Falam mesmo sem serem ouvidas, falam com o corpo, com o silêncio, performatizam a reivindicação por meio do gesto e da ação resistindo às forças contrárias já que: “(...) a liberdade não vem de mim ou de você. Ela pode acontecer, e acontece, como uma relação entre nós ou, na verdade, misturada conosco” (BUTLER, 2018, p. 62).

Cabe aqui apresentar que linhas de fuga “(...) se aproximam destas saídas, permitem-nos formas de resistência e criação, novos caminhos” (CARNEIRO, 2013, p. 48), dos novos agenciamentos, das conexões, do rompimento e desestabilização do que está imposto, são linhas outras, flexíveis, que se entrelaçam em ramificações das possibilidades, dos devires (DELEUZE e GUATTARI, 1997). A luta em coletivos busca por direitos aqueles expressos na Lei nº 11.340 de 2006, conhecida popularmente por “Lei Maria da Penha”, que em seu artigo segundo define:

Toda mulher, independentemente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião, goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo-lhe asseguradas as oportunidades e facilidades para viver sem violência, preservar sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social (BRASIL, 2006, p. 01).

Os direitos das mulheres, garantidos pelo Estado (ou que deveriam ser), não se limitam apenas à ausência de violência, mas também de estar amparada em diferentes situações, incluindo direitos essenciais conquistados historicamente através de lutas coletivas, que “(...) emergem de um entendimento de que a condição de precariedade é diferencialmente distribuída (...)” (BUTLER, 2018, p. 50), fundamentadas em reivindicações que visam o princípio da equidade.

Na execução das políticas públicas, é necessário considerar determinantes sociais de saúde, como fatores sociais, econômicos, culturais, étnicos/raciais, psicológicos e comportamentais. Para além disso, a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM, 2004), considera que para a criação de políticas públicas voltadas à mulheridades, é preciso incluir questões de gênero, uma vez que a historicidade do ser mulher encontra-se em desigualdade aos privilégios do gênero masculino de padrão heteronormativo (BRASIL, 2004). Assim, “(...) o SUS poderá propiciar um atendimento que reconheça, dentre os direitos humanos das mulheres, o direito a um atendimento integral à sua saúde” (BRASIL, 2004, p. 46).

Interligando ações que sejam resolutivas às usuárias dos serviços, construímos com linhas que tecem a rede, um território interventivo, dialógico e coletivo, evitando um emaranhado de ações irresponsável que as prenda como uma teia e as tomem o direito ao acesso de seus direitos, uma rede de “(...) salvamento e não de captura e impotência” (FIGUEIREDO e CAMPOS, 2008, p. 148),

envolvimento necessário nas práticas de interseccionalidade ao ser/estar mulher cartográfica em um mundo de devires.

O termo interseccionalidade, cunhado por Kimberlé Crenshaw (1989), denota a estrutura inseparável do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado, em que é preciso voltar-se ao sujeito de forma integral, levando em conta os atravessamentos que perpassam no território de pertencimento, e sua importância na leitura sobre raça, etnia, condição socioeconômica, gênero. Desse modo, recorreremos a estudos feministas para falar sobre o cuidado à mulher no contexto contemporâneo e ações em políticas públicas.

A relação entre os pontos de intersecção nos convida a não segregá-los, uma vez que sua relativização em políticas públicas acaba por excluir suas significâncias (PAREDES e BICHIR, 2022), assim sendo, os serviços agem (ou deveriam agir) com a possibilidade de atenção integral às usuárias, conectando a rede em dimensões que as afetam, seja em situações de vulnerabilidade, violência, violação de direitos, entre outros, considerando as singularidades de cada caso, dentro de seu território e de forma ético-política ao invés de impor ações padrões e universais que, muitas das vezes, não são resolutivas.

Justifica-se, assim, a necessidade de uma rede voltada à mulher, com produções normativas, cartilhas, instruções, portarias, com intenção de ações respaldadas por arcabouço teórico engajado na perspectiva de lutas em políticas públicas direcionadas ao gênero feminino, de fortalecimento das conquistas de seus direitos e da busca por outras ações que superem as relações de ausência ou descaso na atenção à saúde mental. Esta é nossa intenção, vivenciar as relações nestes estabelecimentos de cuidado da mulher e trazer a tela sugestões dialógicas engajadas nos afetos do ser/estar mulher e interligadas, cuja política da narratividade permeia os processos territoriais de modo cartográfico, porque em cada história narrada, e é narrada pois o sujeito que a conta, nós nos tornamos outra e nos fazemos múltiplas

Enquanto mulheres estagiárias de Psicologia, narramos nós também, as possibilidades interventivas vivenciadas nos contextos de estágio e nos nomeamos cartógrafas por acreditar que os fazeres da formação acadêmica acontecem nos encontros, nestes entre mulheres usuárias das políticas públicas, que, em seus territórios nos acolhem para fazer parte daquilo que Butler (2018) acredita ser o movimento de rua, de corpos em assembleia, onde a diferença e a diversidade são capazes de, juntas, (re)construir movimentos rizomáticos outros além dos impostos pela cientificidade acadêmica ou imposição epistêmica da própria Psicologia.

2.3 (Re)presentando a Cartografia como um método científico na Rede

Ao apresentar algumas pistas dos efeitos no processo de produção (rupturas e/ou capturas) em nossos fazeres do estágio, houve a mistura de mapas afetivos, envolvendo as sensibilidades de

encontros em diferentes pontos da rede de políticas públicas com a proposta de produzir algo que se faça desejado de ser (re)vivido. Implica em produzir problematizações que perturbem as certezas e/ou diagnósticos sobre sofrimentos psíquicos ou doenças mentais que estão distante do esperado de uma prática psicossocial comprometida em construir junto às usuárias, caixas de ferramentas que agenciam intervenções éticas, estéticas e políticas da Psicologia, local onde várias mulheres se reconheçam pertencentes, construindo outros territórios de subjetivação possíveis a vidas abundantes e plenas.

A experiência acadêmica em uma abordagem psicossocial descreve as práticas institucionais entendidas como um conjunto de diferentes serviços disponíveis que objetivam cuidar das pessoas com problemas de saúde e sofrimentos psíquicos advindos de seus diagnósticos e vulnerabilidades, bem como a seus familiares, nas suas diferentes necessidades. Para Yasui, Luzio e Amarante (2018):

A Atenção Psicossocial como proposta paradigmática do processo da Reforma Psiquiátrica, aponta para uma importante ruptura com o modo de olhar e compreender a experiência humana que podemos genericamente nomear de loucura ou de sofrimento psíquico. Trata-se de uma ruptura em relação à racionalidade psiquiátrica, que reduz o funcionamento psíquico exclusivamente a processos cerebrais e, portanto, totalmente explicáveis em uma linguagem neurobioquímica e os seus desvios nomeados como transtorno mental. Busca-se, ao contrário, olhar para o sofrimento humano em articulação com o plano da vida. Muda-se o objeto que deixa de ser a doença e passa a ser a complexidade da vida (YASUI, LUZIO e AMARANTE, 2018, p. 174-175).

Estivemos em locais de encontros múltiplos que igualmente eram revisitados nas supervisões com a orientadora e com as colegas de grupo de estágio, povoando de vozes movimentos solitários de estudo, escrita de relatórios e diários de campo, preenchimento de prontuário, reconhecendo a necessidade de construir o arcabouço teórico de atuação Psi que seja partilhada, certas que os conflitos, angústias e temores do estágio não se sustentam nas relações micropolíticas da amizade e do afeto, pois como definiu Deleuze (1988):

Para mim, duas coisas são importantes: a relação que podemos ter com os estudantes é ensinar que eles fiquem felizes com sua solidão. Eles vivem dizendo: "Um pouco de comunicação. Nós nos sentimos sós, somos todos solitários ". Por isso eles querem escolas. Eles não poderão fazer nada em relação à solidão. Temos de ensinar-lhes os benefícios da sua solidão, reconcilia-los com sua solidão (DELEUZE, 1988, p. 88).

Em cada encontro promovido pelas orientações do estágio, fortalecemos umas às outras, na desconstrução afirmativa enquanto acadêmicas e na vivência de nossas diferenças, na ousadia de fazer, na perseverança para estudar, nos apropriamos de si mesmas e agenciamos as forças e potências do desejo para estar corpos em aliança (BUTLER, 2018). No ato de estar no "entre", intercambiando

experiências, nos entendemos cartógrafas, entre intensidades, no campo de forças produtivo de diferenciação e singularidade, no local já existente por onde transitamos durante as intervenções propostas, abrindo brechas em defesa das políticas de multiplicidade, pois são estas que possibilitam a criação e produção de novos contextos de vida (HUR, 2018).

Neste local, nos aproximamos do princípio do que Deleuze e Guattari (2003) apresentam como uma escrita/literatura menor, menor como aquilo que desterritorializa e torna nosso individual um imediato político, “menor já não qualifica certas literaturas, mas as condições revolucionárias de qualquer literatura no seio daquela a que se chama de grande (ou estabelecida)” (DELEUZE e GUATTARI, 2003, p. 41-42), uma máquina de guerra para qual elencamos a cartografia como metodologia a ser vivida, tencionando o lugar instituído de outras perspectivas Psi que não nos interessa, normalizadora de condutas, defensora de uma lógica binária, universal, neutra e academicista.

Kastrup e Passos (2013) afirmam que tal metodologia entende o processo de conhecimento como invenção, contínuo em seus planos e trajetos, dando primado ao caminho e não às metas preestabelecidas, itinerante, ambulante, um movimento que obriga a seguir e não reproduzir ou descobrir uma forma, “(...) é um desenho que acompanha e se faz ao mesmo tempo que os movimentos de transformação da paisagem (...) o desmanchamento de certos mundos – e sua perda de sentido – e a formação de outros” (DELEUZE e GUATTARI, 1995, p. 23).

A cartografia sendo um método não datado, sem fronteiras, ou limitações territoriais não possui início, meio e fim, ela acredita que os conhecimentos emergem das experimentações, traçam os territórios existenciais de espaços, locais e sujeitos, movida por pistas geográficas/afetivas fundamentais para nossa vivência em estágio. Cientes que a pesquisa de campo geralmente coloca a cartógrafa diante de um território que ela não conhece e em relação ao qual pretende fazer avançar o entendimento e as práticas interventivas, refletimos sobre o termo e sua utilização para esta experimentação:

O termo “cartografia” utiliza especificidades da geografia para criar relações de diferença entre “territórios” e dar conta de um “espaço”. Assim, “Cartografia” é um termo que faz referência à ideia de “mapa”, contrapondo à topologia quantitativa, que caracteriza o terreno de forma estática e extensa, uma outra de cunho dinâmico, que procura capturar intensidades, ou seja, disponível ao registro do acompanhamento das transformações decorridas no terreno percorrido e à implicação do sujeito percebedor no mundo cartografado (FONSECA e KIRST, 2003, p. 92).

Enquanto um método de pesquisa, a cartografia traz estudos mais subjetivos, onde pesquisadores são de diferentes territórios, com perspectivas diferentes, com tipos de pesquisa e intervenção. Nesta modalidade de pesquisa, considera-se que sujeito e objeto estão juntos na mesma

experiência, o conhecimento é tido como criação e a pesquisa é compreendida sempre como intervenção, diferenciando de métodos tradicionais que primam pela neutralidade, com separação e distanciamento entre pesquisador e objeto.

Para Brunini (2022), na cartografia as intervenções e as análises destas são traçadas via experimentação, anunciando “(...) direção ética, política no trabalho de pesquisa e sugere que os termos da relação de produção de conhecimento se constituam no caminho da pesquisa-intervenção” (p.22). A estudiosa lembra que para a cartografia, não existe um começo pré-editado para nossas intervenções, o que se tem são territórios que, mesmo conhecidos, não necessariamente habitamos. Estamos no estranhamento da irregularidade contínua do familiarizado e são estes atritos que nos colocam em movimento, o que exige da cartógrafa o abrir-se ao encontro.

A cartografia também apresenta a perspectiva do rizoma, conceito que autores como Deleuze e Guattari (1995) apresentam da botânica, certo tratado de linhas e não de formas, já que o rizoma entre si não se fecha, é aberto a experimentações, passando por outras linhas atravessadas. A cartografia mapeia-se linhas componentes entre acontecimentos ao explorar territórios de forma subjetiva, criando um mapa móvel das paisagens psicossociais, permitindo a apresentação de conceitos, história; elo/conversações que realiza com os feminismos; interseccionalidade de raça, gênero, localização geográfica, condição social e violência de gênero no Brasil.

Utilizando do método cartográfico, recriamos a nossa caixa de ferramentas, trazendo o diário de Campo como um importante instrumento por ser uma prática de contemplação do vivido e ainda serem comentados em orientação de estágio, como também foram nossos parceiros os fichamentos de artigos, as referências teóricas, reportagens e material do conselho da Psicologia para o embasamento teórico e científico desta escrita.

O diário de campo é a expressão da política de narratividade, cujo registro emprega vivências reais nos locais de estágio, vivências em território de subjetividades outras (PASSOS, KASTRUP e ESCÓSSIA. 2009). A textualidade narrativa dos diários vai de encontro com os afetos da prática de estágio, movimento este que Brunini (2022) denomina como diários afetivos, uma vez que: “Ajudam a memória a suprir suas falhas e oferecem, de modo esquemático, um ar nostálgico a cada detalhe esboçado durante o admirar de paisagens, o que permite revisitá-las no ato da escrita, produzindo um holograma destas vivências” (p. 29).

Com a metodologia escolhida e os locais predefinidos em orientação de estágio, pudemos ir de encontro com as demandas solicitadas por esses e assim, desenvolver os projetos interventivos, objetivando agregar a formação teórico/prática das estagiárias, e intervir com a demanda observada. Neles propomos a apresentação de cronogramas da prática de acordo com as demandas observadas junto às equipes de profissionais, sinalizando que a intenção maior seria de trabalhar com mulheres e

suas interseccionalidade/interculturalidades, bem como a saúde mental destas enquanto usuárias dos serviços.

A abertura de um cronograma combinado com as equipes foi necessária para organizar e propor ações como busca ativa, acolhimento, encaminhamento e entre outros. Tivemos que adentrar nos espaços onde as vivências já estavam constituídas de acordo com as suas perspectivas sócio, histórico e cultural, certas de que:

(...) os processos da pesquisa cartográfica geralmente já se encontram em curso, já possuem história anterior à chegada da pesquisadora, exigindo que os passos da pesquisa não sejam programados pelos problemas pensados, mas sim, por movimentos constantes do próprio plano dos acontecimentos (KASTRUP e BARROS, 2015 *apud* BRUNINI, 2022, p. 23).

Entre nossas primeiras intervenções estava a busca ativa com as usuárias realizado pessoalmente no local de intervenção, entendida como: “deslocamento da equipe para conhecimento do território, contato com atores sociais da comunidade, obtenção de informações provenientes de outros serviços socioassistenciais e setoriais” (OLIVEIRA *et al.* 2014, p. 107), através da qual foi possível conhecer as demandas do território, podendo ter uma aproximação maior entre profissionais e usuárias do serviço público, objetivando a autonomia que estas últimas possuem sobre suas formas de ser/estar no mundo.

A busca ativa é uma ferramenta da rede SUAS/SUS que pretende diminuir o número de casos reprimidos dos locais de atendimento, ou seja, usuárias que de alguma forma ali, seja por espontaneidade ou encaminhamentos da rede, precisam ser localizadas para novos atendimentos ou necessidade de acompanhamento dos casos já atendidos.

Foi igualmente imprescindível para as intervenções pretendidas a prática do acolhimento psicológico nos ambientes da rede, “uma estratégia de oferecer escuta e apoio para quaisquer situações em que haja um sofrimento humano e uma busca por mudanças” (UFMS, [s.d.]), necessário enquanto escuta especializada para diminuir em algum grau, o sofrimento psíquico e ampliar as relações de cuidado com as usuárias. Segundo Rolnik (1992), um lugar de escuta com a possibilidade de ativar “a potência de deixar-se afetar pelas turbulências que as diferenças provocam e de digerir tais turbulências” (p. 10-11).

Para uso nas intervenções e com finalidade de colaborar nas práticas nos locais da rede, foram elaborados pelas estagiárias fichas de triagem, estruturadas com informações sobre dados de identificação, objetivo da intervenção, demanda/queixa, com autorização de contato via telefônica e pontuar encaminhamentos feitos pela rede ou para a rede, sendo este documento levado ao CPA (Centro de Psicologia Aplicada) da UNIPAR para serem anexados aos prontuários, como também para abertura dos prontuários das usuárias atendidas, onde foi assinado pelas usuárias o “Termo de

Responsabilidade e Consentimento para Atendimento Psicológico” com alguns dados pessoais, autorizando a abertura do prontuário, entendendo que com esse processo, segundo Perfeito e Melo (2004), se adquire um:

Conhecimento de quem procura por atendimento e que busca, muito além dos sintomas, saber qual é o sofrimento e onde estão suas causas. Para muito além dos sintomas, das queixas, das designações nosológicas, o processo de conhecimento do cliente procura uma compreensão mais ampla e mais aprofundada do sujeito e do grupo em que ele está inserido (PERFEITO e MELO, 2004, p. 37).

Para melhor fomentar nossa prática junto às usuárias das redes, realizamos visitas domiciliares que promovem um processo “de se conhecer a dinâmica intrafamiliar, seus valores e demandas, bem como a rede de proteção no contexto da família extensa e na comunidade do território, respeitando sempre a privacidade do núcleo familiar” (MARANEZI e PENHA, 2022, p. 27), nos possibilitando o acompanhamento e desempenho conforme as demandas espontâneas dos locais que intervimos, no saber que podemos entrar nos locais de vivência mais íntima das pessoas, onde é possível ver traços e comportamentos que fora não se torna possível.

Em cada momento interventivo, acolhimentos, triagens, rodas de conversas, visitas em busca ativa, mas também em cada “bom dia”, em cada “até logo” ou em cada “eu vou voltar” ou palavra de agradecimento, nosso corpo cartógrafo vibrou com as intensidades da vida em recriação, reinvenção nestes territórios de políticas públicas que um dia enfim, quiçá sejam, nossos territórios de pertencimento profissional.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS: OUTRAS (RE)CRIAÇÕES

Engajadas em uma Psicologia de devires, neste momento não objetivamos, necessariamente, trazer à luz os resultados das intervenções realizadas nos equipamentos da rede, mas sim expor a importância do estágio enquanto prática obrigatória na formação em Psicologia e o papel destas na rede de atenção integral voltada às mulheres. Prática esta que teceu nosso encontro com esses espaços e possibilitou o aumento de nossas habilidades e competências. Como descrito pelo Conselho Federal de Psicologia (2013), nós, acadêmicas, somos colocadas diante a demandas psicossociais, para garantir criticidade perante exclusões sociais e comprometimento ético, estético e político, em territórios de políticas públicas de saúde e assistência social.

Adentramos nos equipamentos da rede enquanto cartógrafas, isso pois somos um corpo outro, com nossas próprias singularidades, que foi inserido no território das usuárias, como dialogamos com os autores ao longo do texto, um território repleto de cultura, de vida, construído por aquele povo. E, na atual organização dos ambientes públicos que nos fizemos presentes, encontramos serviços de atenção à mulher em situações de violência, violação de direitos; e questionamos se as ações

promovidas em prol da saúde mental à este público têm sido resolutivas, o que seria resolutivo e para quem são resolutivas.

Acreditamos que o papel da Psicologia então, volta-se às reivindicações, em coletivos, que são construídas ao longo da história do feminismo no Brasil, através de lutas em assembleia como Judith Butler (2018) descreve em suas obras. Ainda, sob a perspectiva da autora, as reivindicações são produzidas por corpos que persistem e agem, denotando que o estar em constante processo de busca por direitos é viver em uma morte lenta. Nós, mulheres, em assembleia também nos espaços de estágio, buscamos nos posicionar, seja por narrativas ou pelo silêncio, mesmo que de maneira deliberada ou indesejada, nos fazemos presentes.

A criticidade e o posicionamento, cruciais nas diferentes formas de (Re)fazer Psicologia, mesmo que em tempos difíceis, retoma o que Audre Lorde nos escreve sobre linguagem e ação, porque o colocar-se à frente de reivindicações requer coragem “E nunca é sem medo – da visibilidade, da crua luz do escrutínio e talvez do julgamento, da dor, da morte. Mas já passamos por tudo isso, em silêncio, exceto pela morte” (LORDE, 2019, p. 55).

Desejantes de fazer acontecer os planejamentos decorrentes das análises de demandas e utilizar nossa caixa de ferramentas, fomos colocadas à compreensão vivencial de que a Psicologia é molecular, flexível, atravessada pelas surpresas do estar no mundo. Os cronogramas precisaram ser reajustados, as intervenções repensadas e a presença, por vezes, calada, caminhando por linhas de fuga e tecendo-as em uma rede de apoio às mulheres, incluindo-nos.

Como escreveu Clarice Lispector ([s.d.] *apud* PINTO, 2022, p. 04): “(...) perdi muito tempo até aprender que não se guarda as palavras. Ou você as fala, as escreve, ou elas te sufocam”, e é por isso que escrevemos, decididas a colocar em prática a escrita de uma política da narratividade, mesmo com todos os perigos exigidos por uma escrita academicista, escrevemos! Assim como Gloria Anzaldúa (1980), uma das autoras que caminhou conosco no processo de estágio, nos inquietando com escritos que nos representava, porque o medo, as angústias, ansiedades nos atravessaram.

A Abordagem Psicossocial, as teorias estudadas, a metodologia escolhida nos proporcionaram a compreensão de que os processos de fala e escuta nos recompensam, independente das consequências. O estar com mulheres e ser mulheres, atravessadas por questões sócio, culturais, históricas e pela posição social atribuída a nós por intersecções de gênero, raça e classe, intencionou nossas ações de acolhimento. É essa proximidade, o “estar entre”, com estas usuárias que nos atrai na Psicologia, de poder ouvi-las com atenção em um processo comprometido politicamente, portanto, sem deixar escapar suas narrativas. Assim, o ser contemplado com a oportunidade de estar em um período de nossa graduação nessas trocas e afetações, tornou nossa experiência múltipla, passível de contemplação e da ordem do vivido.

REFERÊNCIAS

ANZALDÚA, Gloria. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. **Revista Estudos Feministas**, v. 8, n. 01, p. 229-236, 2000.

BOCK, Ana Mercês Bahia. A Psicologia a caminho do novo século: identidade profissional e compromisso social. **Estudos de Psicologia**, Natal, v. 4, p. 315-329, 1999.

BRASIL. Lei Nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 1993.

_____. Lei Nº 11.340, de 07 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2005.

_____. Lei Nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nos 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória no 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2008.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Política nacional de atenção integral à saúde da mulher: princípios e diretrizes**. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

_____. Ministério da Saúde, Conselho Nacional de Saúde. **Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher – Princípios e Diretrizes**. Série Projetos, Programas e Relatórios. Brasília: Ministério da Saúde, 2011.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. **Política Nacional de Humanização**. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social**. Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília, 2012. Disponível em: www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/assistencia_social/nob_suas.pdf Acesso em: 23 jul. 2023.

BRUNINI, Bárbara Cossettin Costa Beber. **Ad/mira/ação: mulheres docentes feministas e suas práticas descolonizadas na formação em psicologia**. 2022. 130 p. Tese (Doutorado em Psicologia) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2022.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia**. (Trad. Fernanda Siqueira Miguens). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CARNEIRO, Altair de Souza. **Deleuze & Guattari: uma ética dos devires**. 2013. 115f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2013.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referências técnicas para atuação de psicólogos (os) no CAPS - Centro de Atenção Psicossocial**. Conselho Federal de Psicologia. Conselhos Regionais de Psicologia. Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas. Brasília: CFP, 2022.

_____. **Contribuições do Conselho Federal de Psicologia à discussão sobre a formação da(o) psicóloga(o)**. Brasília: CFP, 2013.

COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antônio. **Dicionário crítico de gênero**. Dourados: Universidade Federal da Grande Dourados, 2019.

CRENSHAW, Kimberlé Williams. **Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of discrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics**. University of Chicago Legal Forum, 1989.

DELEUZE, Gilles. **O abecedário**. Entrevista a Claire Parnet. (Transcrição e tradução do vídeo de T. Tadeu da Silva). 1988.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. (Trad. Aurélio Guerra Neto, Ana Lúcia de Oliveira, Lúcia Cláudia Leão e Suely Rolnik.). vol. 3. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

_____. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**. (Trad. Suely Rolnik). vol. 4. Rio de Janeiro: Editora 34, 1997.

_____. **KAFKA: para uma literatura menor**. (Trad. Rafael Godinho). Lisboa: Assírio e Alvim, 2003.

FIGUEIREDO, Mariana Dorsa; CAMPOS, Rosana Onocko. Saúde Mental e Atenção Básica à Saúde: o apoio matricial na construção de uma rede multicêntrica. **Saúde em Debate**, v. 32, n. 78-79-80, p. 143-149, 2008.

FONSECA, Tania Mara Galli; KIRST, Patrícia Gomes. (Orgs.). **Cartografia e devires: a construção do presente**. Porto alegre: UFRGS, 2003.

FOUCAULT, M. **Ditos e escritos II: arqueologia das ciências e histórias dos sistemas de pensamento**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

_____. **História da loucura na Idade Clássica**. São Paulo: Perspectiva, 2008.

GODIM, Grácia Maria de Miranda; MONKEN, Maurício. Territorialização em saúde. In: PEREIRA, Isabel Brasil; LIMA, Julio César França. **Dicionário da Educação Profissional em Saúde**. 2. ed. Fundação Oswaldo Cruz. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. Rio de Janeiro, 2009.

HUR, Domenico Uhng. **Psicologia, política e esquizoanálise**. Campinas: Alínea, 2018. 194p.

KASTRUP, Virginia; PASSOS, Eduardo. Cartografar é traçar um plano comum. vol. 25, n. 2, pp.

01-18. **Fractal: Revista de Psicologia**, Niterói, 2013.

LIMA, Elizabeth Maria Freire de Araújo; YASUI, Silvio. Territórios e sentidos: espaço, cultura, subjetividade e cuidado na atenção psicossocial. **Saúde em debate**, v. 38, p. 593-606, 2014.

LERNER, Gerda. **La creación del patriarcado**. (Trad. castellana de Mónica Tusell). Barcelona: Editorial Crítica, 1990.

LORDE, Audre. **Irmã outsider**. (Trad. Stephanie Borges). Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

MARANEZI, Giovana; PENHA, Cíntia Bernardes da. O fazer do psicólogo: experiência de estágio em psicologia no centro de referência especializado em assistência social (CREAS). **Brazilian Journal Of Development**, Curitiba, p. 20263-20274, 2022.

MDS. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009. 72p.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2014. 64p.

OLIVEIRA, Isabel Fernandes de et al. Atuação dos psicólogos nos CRAS do interior do RN. **Psicologia & Sociedade**, v. 26, p. 103-112, 2014.

PAREDES, Marina Bergstrom; BICHIR, Renata Mirandola. Interseccionalidade e Políticas Públicas: Articulações Possíveis. In: **Boletim de Políticas Públicas**. Observatório Interdisciplinar de Políticas Públicas. 20. ed. São Paulo: USP, 2022. p. 19-24.

PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da. (Orgs.). **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2009.

PERFEITO, Hélvia Cristine Castro Silva; MELO, Sandra Augusta de. Evolução dos processos de triagem psicológica em uma clínica-escola. **Estudos de Psicologia**, Campinas, n. 8, abr. 2004.

PINTO, Larissa Marques. **Acomodando um jeito a cada incomodar**. Curitiba: Appris, 2022. 129p.

PNAS. **Política Nacional de Assistência Social**. Versão oficial. São Paulo: Cortez, 2004.

ROLNIK, Suely. À sombra da cidadania: alteridade, homem da ética e reinvenção da democracia. In: MAGALHÃES, Maria Cristina Rios (Org.). **Na sombra da cidade**. São Paulo: Escuta, 1995. pp. 141-170.

SANTOS, Milton. **O país distorcido: o Brasil, a globalização e a cidadania**. São Paulo: Publifolha, 2002.

SCOTT, Joan Wallach; Gênero: uma categoria útil de análise histórica de Joan Scott. (Trad. Guacira Lopes Louro). **Educação & realidade**. Porto Alegre. v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.

SOUZA, Marcelli Machado da R. **Tipificação dos serviços e reordenamento institucional na política de assistência social: reflexos nas instituições católicas e espíritas que integram a rede**

socioassistencial do Rio de Janeiro. 2009. Disponível em: https://www.puc-rio.br/ensinopesq/ccpg/pibic/relatorio_resumo2016/relatorios_pdf/ccs/SER/SER-Marcelli%20Machado%20da%20R.%20Souza.pdf. Acesso em: 25 jul. 2023.

UFMS. **Como acontece o acolhimento.** Acolhimento psicológico à comunidade externa. CPAR – Campos Paraíba. [s.d.]. Disponível em: <https://cpar.ufms.br/clinica-de-psicologia/acolhimento-psicologico-comunidade-externa/como-acontece-o-acolhimento/#:~:text=O%20ACOLHIMENTO%20em%20Psicologia%2C%20assim,e%20uma%20busca%20por%20mudan%C3%A7as> Acesso em: 11 jun. de 2023.

UNIPAR. **Guia de Estágio:** avaliação dos estágios supervisionados específicos do curso de psicologia 2023. Umuarama: CPA, 2023.

YASUI, Silvio; LUZIO, Cristina Amélia; AMARANTE, Paulo. Atenção psicossocial e atenção básica: a vida como ela é no território. **Rev. Polis Psique**, Porto Alegre, v. 8, n. 1, p. 173-190, abr. 2018. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2238-152X2018000100011&lng=pt&nrm=iso Acesso em: 05 set. 2023.